

## PROJETO DE LEI Nº 54/2005

MENSAGEM Nº: 28/2005

RECEBIDA EM: 6 de maio de 2005.

Nº DO PROJETO: 54/2005

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder abono salarial aos servidores públicos municipais.

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 9 de maio de 2005

### VOTAÇÃO NOMINAL

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 12 de maio de 2005.

Aprovado com 9 (nove) votos a favor e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV e Volmir Sabbi – PT.

Ausente o vereador Valmir Tasca – PFL.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 16 de maio de 2005.

Aprovado com 10 (dez) votos a favor.

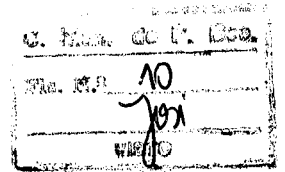
Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – PFL e Volmir Sabbi – PT.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 17 de maio de 2005.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 277/2005.

**Lei nº 2455, de 17 de maio de 2005.**

PUBLICADA: Jornal Diário do Povo - Edição nº 3532 do dia 19 de maio de 2005.



# DIÁRIO DO POVO

ANO XX

EDIÇÃO 3532

PATO BRANCO, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2005

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ  
LEI Nº 2.455, DE 17 DE MAIO DE 2005**

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder abono salarial aos Servidores Públicos Municipais.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder abono salarial na ordem de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, aos servidores públicos municipais (detentores de cargo ou emprego público), durante o período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2005.

**Art. 2º** O abono salarial de que trata o artigo anterior não abrange os cargos de provimento em comissão e os detentores de cargo eletivo.

**Art. 3º** O abono de que trata a presente Lei deverá abranger os ativos, inativos e pensionistas.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

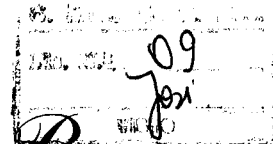
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 17 de maio de 2005.

ROBERTO VIGANÓ  
Prefeito Municipal



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## PROJETO DE LEI Nº 54/2005

Súmula: Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder abono salarial aos Servidores Públicos Municipais.

**Art. 1º.** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder abono salarial na ordem de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, aos servidores públicos municipais (detentores de cargo ou emprego público), durante o período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2005.

**Art. 2º.** O abono salarial de que trata o artigo anterior não abrange os cargos de provimento em comissão e os detentores de cargo eletivo.

**Art. 3º.** O abono de que trata a presente lei deverá abranger os ativos, inativos e pensionistas.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



G. Mun. de P. Bco.
Fla. N.º 08
Visto

# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 54/2005**

Pretende o Executivo Municipal, através do Projeto de Lei nº 54/2005 obter autorização legislativa para conceder abono salarial a seus funcionários, pelo período de 1º de maio à 31 de dezembro de 2005.

O abono será uma forma de compensar a altíssima defasagem salarial, que acumulada através dos últimos 8 anos, hoje atinge um percentual de 68,06% (sessenta e oito vírgula zero seis pontos percentuais), o que está causando grandes dificuldades e grande descontentamento à classe dos funcionários públicos municipais.

De acordo com explicações fornecidas pelo senhor Prefeito Municipal e por sua assessoria jurídica, com a concessão de reajuste salarial (cujo projeto está sendo apreciado simultaneamente à este), na ordem de 6,13%(seis vírgula treze pontos percentuais), somado ao abono objeto deste projeto, o percentual gasto com a folha de pagamentos do Poder Executivo, ficará em torno de 50%, portanto dentro do limite máximo fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 54%.

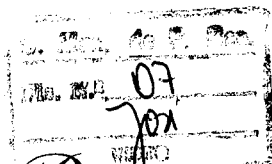
Abono, não é salário, podendo o Executivo Municipal, retirá-lo a qualquer momento, sob qualquer pretexto. O ideal seria que o Poder Executivo promovesse um reajuste na tabela de vencimentos de seus servidores, pois os mesmos, com o abono, não possuem segurança para planejar seus orçamentos, pois hoje recebem e amanhã poderão não receber mais.

Sabe-se que, efetivamente quem “faz a administração”, não é o prefeito, nem tampouco seu comissionados, mas sim os funcionários de carreira, celetistas ou estatutários, que com sua força de trabalho, conhecimento e vontade, promovem o desenvolvimento da cidade.



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Nesse sentido, sabe-se também, que a vontade de fazer e fazer bem feito, está diretamente ligada a justa remuneração do servidor, que estará sempre mais incentivado a produzir, na proporção de quanto mais justo seja seu salário.

Por fim, reafirma-se a necessidade de que o Executivo encare de frente o problema da defasagem salarial de seus funcionários, para de forma coerente e decisiva, apresentar uma proposta, mesmo que de longo prazo, para recompor a remuneração dos mesmos.

Acredita-se que, fazendo economia em alguns gastos desnecessários e até supérfluos, será perfeitamente possível tal composição.

Ademais, poderia o Executivo estabelecer um controle justo e eficaz de sua arrecadação, de tal sorte que fosse possível, sem escarpelar o contribuinte/cidadão, aumentar a arrecadação de tributos, aumentando desta forma a receita corrente (base para aplicação do percentual de 54%, limite da folha de pagamentos), o que por sua vez permitiria, que gradualmente fossem repostas as defasagens salariais.

Feitas, as ressalvas necessárias, emite-se PARECER FAVORÁVEL a aprovação da matéria.

É o parecer salvo melhor juízo!

Pato Branco, em 12 de maio de 2005.

**Cilmar Francisco Pastorello – Presidente/Relator**

**Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – Membro**

**Marco Antonio Augusto Pozza – Membro**

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 54/2005

Através do projeto de lei em análise, o Executivo Municipal pretende obter autorização legislativa para autorizar o Chefe do Executivo Municipal a conceder **abono salarial** aos Servidores Públicos Municipais.

Será concedido abono salarial no valor de **R\$ 70,00** (setenta reais) mensais, aos servidores públicos municipais (detentores de cargo ou emprego público), durante o período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2005, com exceção dos cargos de provimento em comissão e os detentores de cargo eletivo.

Abono é, segundo o Novo Dicionário Aurélio – 2ª Edição, o auxílio monetário, subsídio em dinheiro, além do vencimento ou ordenado.

Como não pode ser incorporado ao salário, e não pode ser considerado para quaisquer efeitos de natureza trabalhista, o abono cessa em dezembro de 2005, por ser uma concessão eventual.

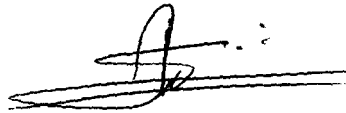
Para o funcionalismo uma ajuda de custo que muito contribui para a renda familiar.

Legalmente a matéria encontra respaldo na Lei de Responsabilidade Fiscal, estando apta a seguir sua regimental tramitação.

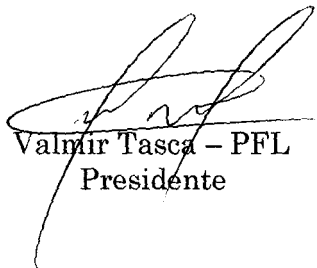
Diante do exposto e pelo interesse de toda a classe dos funcionários públicos municipais, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação da matéria.

É o parecer, SMJ.

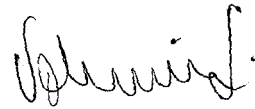
Pato Branco, 11 de maio de 2005.



Osmar Braun Sobrinho – PV  
Relator



Valmir Tasca – PFL  
Presidente



Volmir Sabbi - PT  
Membro



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## ASSESSORIA JURÍDICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 54/2005

Pretende o Poder Executivo Municipal, através do Projeto de Lei em apreço, obter autorização legislativa para conceder abono salarial na ordem de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, aos servidores públicos municipais (detentores de cargo ou emprego público), durante o período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2005.

Segundo a proposição, o abono abrangerá aos ativos, inativos e pensionistas, excluindo os ocupantes de cargos de provimento em comissão e os detentores de mandato eletivo.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio – 2ª Edição, define abono como sendo: auxílio monetário, subsídio em dinheiro, além do vencimento ou ordenado.

No presente caso, entendo s.m.j, que o referido abono em razão da eventualidade da concessão, **não pode ser incorporado ou considerado para quaisquer efeitos de natureza trabalhista, cessando seus efeitos no mês de dezembro de 2005.**

Embora a concessão do abono seja por lapso temporal, **o mesmo integra o câmputo de despesa com pessoal, razão pela qual necessário observar se tal concessão não acarretará a extrapolação dos limites constitucionais e infra-constitucionais aplicáveis à espécie.**

Sobre o tema, a LRF (Lei Complementar nº 101/00), em seu artigo 18 “caput”, assim preceitua:

**“Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.”**





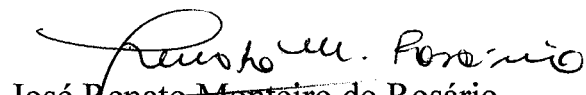
# Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Feitas essas considerações, cumpridas as formalidades legais, estará a matéria em condições de seguir sua regimental tramitação.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 10 de maio de 2005.

  
José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico



*Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

02  
jxi

**MENSAGEM Nº 028/2005**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

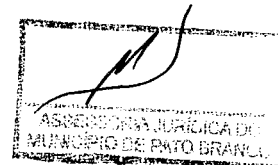
Valemo-nos da presente Mensagem, para encaminhar a essa Colenda Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei em que solicitamos autorização legislativa para conceder abono salarial aos servidores públicos municipais [detentores de cargo ou emprego público], no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2005.

Tal abono será concedido aos ativos, inativos e pensionistas, excluindo-se os detentores de mandato eletivo, bem como os cargos de provimento em comissão.

Contando com a compreensão dos nobres edis na aprovação do Projeto de Lei, antecipamos nossos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de maio de 2005.

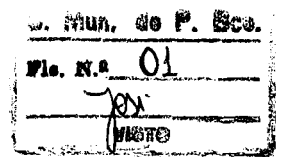
  
ROBERTO VIGANÓ  
Prefeito Municipal





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO



## PROJETO DE LEI Nº 54/2005

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder abono salarial aos Servidores Públicos Municipais.

**Art. 1º** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder abono salarial na ordem de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, aos servidores públicos municipais (detentores de cargo ou emprego público), durante o período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2005.

**Art. 2º** O abono salarial de que trata o artigo anterior não abrange os cargos de provimento em comissão e os detentores de cargo eletivo.

**Art. 3º** O abono de que trata a presente Lei deverá abranger os ativos, inativos e pensionistas.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
ROBERTO VIGANO  
Prefeito Municipal

